

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.396.014 - SP (2018/0295202-9)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS VILLA LOBOS I SPE**  
**LTDA**  
**AGRAVANTE : SCAMATTI & SELLER INFRA - ESTRUTURA LTDA**  
**ADVOGADO : ANGELO ANTONIO BONEZO E OUTRO(S) - SP322962**  
**AGRAVADO : ELISANGELA NUNES OLIVEIRA**  
**AGRAVADO : FRANCIS MARCUS DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : LENISA MATEUS PRONI E OUTRO(S) - SP181950B**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS VILLA LOBOS I SPE LTDA, contra a decisão que inadmitiu o recurso especial, fundado no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal, visando reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Nas razões do nobre apelo, o recorrente aponta dissídio jurisprudencial em relação à indenização por danos morais decorrente do atraso na entrega do imóvel.

É o relatório. Decido.

Este Tribunal Superior tem entendimento consolidado no sentido de que, mesmo estando calcado na alínea *c* do permissivo constitucional, o recorrente deve apontar os dispositivos de leis federais que tenha sido objeto de dissídio jurisprudencial, sob pena de inviabilizar o conhecimento do apelo nobre por deficiência de fundamentação, de modo a atrair a incidência, à espécie, da Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Nesse sentido, confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NA ALÍNEA "C". AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF.

1. É imprescindível a indicação expressa do dispositivo de lei tido por violado para o conhecimento do recurso especial, quer tenha sido interposto pela alínea *a* quer pela *c*. (AgRg nos EREsp 382.756/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 18/11/2009, DJe 17/12/2009.).

2. A apresentação tardia da indicação do dispositivo de lei que entende violado, quando não apontado no recurso especial, representa inovação vedada no âmbito do agravo regimental.

Agravo interno improvido. (AgInt no AREsp 864.540/SP, relator Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 7/4/2016, DJe 15/4/2016.)

Desse modo, à falta de indicação clara e direta, pelo recorrente, do artigo de lei federal objeto de divergência jurisprudencial, mostra-se inafastável, no caso, a incidência do óbice do enunciado da mencionada Súmula n. 284 da Suprema Corte.

Ante o exposto, **não conheço do agravo.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, ressalvada a eventual concessão da gratuidade de justiça.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente